

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

RESOLUÇÃO N.º 13-73

DATA: — 06 de junho de 1973.

SÚMULA: — Aprova o convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e em promulgo, nos termos do artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados em todos os seus termos os Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de junho de 1973.

João Mansur — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 14-73

DATA: — 04 de junho de 1973.

SÚMULA: — Aprova convenios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vivida e Iguaraçu, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia, mediante dotações e verbas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vivida, em 04 de outubro de 1972, e Iguaraçu, em 19 de janeiro de 1973, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de junho de 1973.

João Mansur — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 15-73

DATA: — 04 de junho de 1973.

SÚMULA: — Aprova convenios entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações do FUNRESPOL e de Verbas dos respectivos Municípios aqui especificados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Nova Aurora, Santa Mariana, Paraíso do Norte, Guaira, Conselheiro Mairink, Telêmaco Borba, Toledo, Rio Branco do Sul, Assis Chateaubriand e Terra Rica, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de junho de 1973.

João Mansur — Presidente

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 107.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 14 de Junho de 1973 — (5.ª-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Muggiati Filho.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Forsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arthur de Souza — Domicio Scaramella — Fabiano Braga Côrtes — Gilberto Carvalho — Olavo Ferreira — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Primeiro do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45-73, de autoria da Comissão Executiva, que denomina Alberto Santos Dumont, a Biblioteca da As-

sembléia Legislativa do Estado do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 15, sexta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª SESSÃO do Projeto de Resolução n.º 45-73.

Levanta-se a Sessão.

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 108.ª Sessão Ordinária
Realizada em 14 de Junho de 1973 — (5.ª-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zarusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Arthur de Souza, Domicio Scaramella — Fabiano Braga Côrtes — Gilberto Carvalho — Olavo Ferreira — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 144-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei n.º:

362-68: Do Senhor Ex-Deputado Luiz Renato Malucelli, que autoriza o Poder Executivo dar o nome de Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, a um dos Estabelecimentos de Ensino do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.404. — Agradeça-se.

Sob os n.ºs 139, 140, 141, 142 e 143-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os projetos de lei n.ºs:

272-70: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que visa criar um Ginásio Estadual de Santa Maria, Distrito de Alto Paraná, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

220-70: Do Senhor Deputado João Mansur, que visa criar na sede do Município de Mariluz, uma Escola Normal de Grau Colegial. — A C.C.J.

241-70: Do Senhor Ex-Deputado Benedito Pinto Dias, que visa criar um Ginásio Estadual no Distrito de Ademar de Barros, Município de Terra Rica. — A C.C.J.

80-71: Do Senhor Deputado Antônio F. Ferreira da Costa, que visa criar na sede do Município de Icaraima, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar na próximo ano letivo. — A C.C.J.

162-70: Do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que visa criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de São Jerônimo da Serra, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

OFÍCIO:

Curitiba, 14 de junho de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, petição em que se requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o cumprimento da diligência determinada por essa digna Comissão Executiva.

Assim, cumpridas as formalidades legais, encaminho a Vossa Excelência, para os fins de direito.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de elevado apreço.

Atenciosamente.

Luiz Roberto Soares

Líder da ARENA

Ao Exmo. Sr.

Deputado João Mansur.

DD. Presidente da Assembléia Legislativa

N/EDIFÍCIO.

Requerimento

Senhor Presidente:

Com o objetivo de preservar o erário público e a moralidade administrativa, o Deputado que adiante subscreve requer, na forma regimental e com anuência do Plenário, seja constituída Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar a legalidade das licitações convocadas pelo Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN — para aquisição de motocicletas cujo valor ascende a quase um milhão de cruzeiros, bem assim questionar o Departamento de Trânsito sobre outras eventuais irregularidades.

Uma vez aprovada a proposição requer, ainda, por se tratar de matéria técnica e capaz de gerar efeitos penais, se caracterizados ficarem crimes de responsabilidade, seja o relatório da CPI, na parte sobre concorrências, encaminhado ao egrégio Tribunal de Contas, acompanhado de cópias dos documentos pertinentes à elucidação da denúncia, que assim pode ser resumida:

1 — Na edição de 19 de novembro de 1972, em sua 9ª. página, publicava

a "Gazeta do Povo" Edital de Tomada de Preços da Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Trânsito e FUNRESTRAN, chamando à licitação firmas interessadas no fornecimento de equipamentos e veículos, entre estes motocicletas.

2 — Nas informações aos interessados, a Secretaria Executiva do FUNRESTRAN especificou como objeto da licitação 30 motocicletas, discriminadas apenas pela cilindrada.

3 — Três empresas concorreram, como revendedoras das marcas japonesas Honda, Yamaha e Suzuki, visto que não há fabricação de motocicletas no Brasil, e ficaram no aguardo do julgamento.

4 — Nenhuma solução havia sido dada sobre essa licitação quando o FUNRESTRAN fez publicar, dia 24 de dezembro, outro Edital de Tomada de Preços, chamando a se habilitarem fornecedores de veículos automotores, sem especificar que entre eles incluíam-se motocicletas.

5 — Dois dos licitantes na primeira concorrência só foram identificados pelo FUNRESTRAN de que essa Tomada de Preços também englobava motocicletas dia 29 de dezembro, por mero telefonema em que foram convidados a conhecer detalhes do Edital. Surpreendidos, visto que a Tomada de Preços anterior não tivera solução, somente na tarde do dia 30 foram à repartição para apanhar os detalhes do Edital. Souberam, então, que a concorrência já fora julgada, saindo vencedora, como única participante, a firma representante da marca Honda.

6 — Agora, através do novo aviso de Tomada de Preços, desta feita assinado pelo Departamento Estadual de Compras, notificou-se pela imprensa estar aberta a tomada de ofertas para o fornecimento de trinta motocicletas e trinta e uma motonetas ao FUNRESTRAN. Nos detalhes fornecidos aos interessados estão especificamente descritos tipo de motor (4 tempos), número de rotações, potência e velocidade máxima, numa descrição precisa e exclusiva dos modelos da marca Honda, numa típica concorrência com endereço certo.

7 — Em resumo, é a seguinte a sequência de atos originários do poder público com objetivo aparente de favorecer uma só empresa:

- abriu concorrência para motocicletas;
- sem julgar essa concorrência, ou avisar os interessados, convocou outra, desta feita mencionando apenas veículos automotores;
- avisando os interessados informalmente, e sem prazo para que apresentassem propostas, julgou essa segunda licitação a toque de caixa, favorecendo o participante único, revendedor da marca Honda;
- abre uma terceira concorrência, desta feita já dando as especificações exclusivas da marca Honda, única no mundo a apresentar as características solicitadas.

Assim sendo, parecendo caracterizar imoralidade e parcialidade na aquisição de bens de elevado valor, justificando-se a atenção desta Casa para uma completa verificação dos documentos que orientaram a transação. Para uma tomada preliminar de consciência dos Senhores Deputados, fazemos anexas cópias fotostáticas dos editais mencionados e dos detalhes de especificações técnicas fornecidos aos interessados.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1973.

(a) Erondy Silvério

EMENDA:

EMENDA

Emenda Aditiva ao requerimento que propõe a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, para examinar a legalidade das licitações procedidas pelo Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN.

Adite-se, onde couber, o seguinte:

"A Comissão proposta, integrada por cinco (5) Deputados, terá quarenta e cinco (45) dias de prazo, para apurar os fatos apontados".

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1973.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e de conformidade com o que prescreve o Regimento Interno, requer após ouvido o Plenário que, na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, seja designado para apresentá-la ao Congresso das Comissões de Saúde Legislativas, que terá lugar na Capital Federal nos dias 18 a 21 do corrente.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1973.

(a) Aryzone Araújo

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura, solicitando-lhe determine estudos visando a criação de um Grupo Escolar na Planta Santa Helena, bairro de Santa Felicidade, dest. Capital. Pr.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Senhor Governador do Estado, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

A população da Planta Santa Helena, bairro de Santa Felicidade, de Curitiba, é integrada em sua totalidade por família cujos chefes auferem apenas o salário mínimo com rendimento mensal para subsistência e atendimento das necessidades básicas de vida. Existem ali, naquele loteamento, cerca de 100 (cem) crianças em idade escolar, que, todavia, não frequentam escola pelo fato de não existir ali nenhum estabelecimento de ensino primário ou de qualquer outro grau — a não ser uma escola particular que, por motivos óbvios, está fora do alcance financeiro daquelas famílias. Algumas têm mais de três filhos em condições de frequentar o curso primário, mas não podem mandá-los à escola em virtude de não possuírem recursos para pagamento das mensalidades.

Ora, estando previsto em letra constitucional a obrigatoriedade do Estado propiciar condições de frequência às escolas para todas as crianças em idade escolar, não vemos como possa aquela calamitosa situação perdurar por mais tempo sem grave lesão ao direito daquelas crianças e de seus pais e, por isso, entendemos ser oportuno que o Senhor Secretário da Educação e Cultura tome conhecimento da mesma e determine estudos visando instalação, nem que seja a título de emergência para o final do ano letivo em

curso, de um Grupo Escolar, na Planta Santa Helena, bairro de Santa Felicidade, de Curitiba, e é, precisamente, o que objetivamos com o presente Requerimento, que esperamos seja aprovado pelos nobres Deputados, para que aqueles chefes de família saibam que seus legítimos interesses são realmente defendidos nesta Assembleia Legislativa e que eles contam com nossa solidariedade para solução do problema que ora os aflige.

Os Nobres Deputados certamente concordarão com os conceitos que expendemos e darão, por isso, seu honroso e indispensável apoio ao presente Requerimento.

Requerimento

Senhor Presidente:

Devendo se iniciar, proximamente, os serviços de asfaltamento da Rodovia Campo Mourão-Cascavel, requeiro, nos termos regimentais, seja encaminhada, ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Coronel Cássio de Paula Freitas, expediente contendo apelo no sentido de ser procedido também o asfaltamento do trecho ligando Goio-Erê a Campo Mourão, ou ao ponto mais próximo da Rodovia Campo Mourão-Cascavel, atendendo-se, assim, reivindicações das mais justas do povo e autoridades municipais daquela Região.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1973.

(a) Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — que recentemente, na cidade de Londrina o acadêmico de medicina e vereador Waldmir Belinati, estagiário no Hospital Universitário de Londrina, tomando conhecimento de espantamento do menor Maurício Rodrigues, de 14 anos de idade, provocado por elementos da polícia daquele Município, o que ocasionou sua morte, revoltado com a gravidade da ocorrência, denunciou na sua condição de homem público o trágico e infeliz fato na tribuna da Câmara Municipal da Cidade;

2 — a denúncia repercutiu intensamente perante a população paranaense, provocando inclusive manifestação oficial da Secretaria de Segurança do Estado que determinou a abertura de inquérito para punir os responsáveis por tão bárbaro crime;

3 — surpreendentemente, dias após o aluno e vereador Waldmir Belinati por determinação da Direção do Hospital Universitário de Londrina — decisão confirmada posteriormente pelo Conselho Departamental da Universidade — foi suspenso por 5 dias em suas atividades como acadêmico de medicina e ainda repreendido. Sua única falta: denunciar crime e cumprir com seu dever como brasileiro, que de acordo com o Código Penal, tem a obrigação de não omitir fato delituoso de seu conhecimento;

4 — a medida punitiva adotada pela Universidade ocasionará ao aluno uma marca permanente em seu currículo escolar e na sua futura vida profissional como médico.

Isto posto, requeiro à Mesa regimentalmente envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Jarbas Passarinho, Ministro da Educação apelando a Sua Excelência, tendo em vista as características especiais do caso se digne determinar a nulidade da referida punição.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1973.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

Na tarde de ontem, Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade, reformou decisão do Juízo de primeira instância, em julgamento que confirma o acerto e a honestidade com que se houve a TELEPAR em Concorrência Pública realizada com o objetivo de melhorar e ampliar o sistema telefônico de Curitiba.

Historiar os fatos e esmiuçar as concorrências geradas após a citada concorrência, nesta Casa e fora dela — por pessoas imbuídas de interesses nobre ou por quem tinha em mente objetivos inconfessáveis — é perfeitamente dispensável no momento, uma vez que esta Assembleia Legislativa conhece sobejamente todas as minúcias da questão, aqui trazidas, voluntariamente, pelos Senhores Secretários de Obras e Diretores da TELEPAR.

Vale lembrar, entretanto, que este Poder Legislativo, em várias ocasiões, manifestou-se sobre o assunto, quer perante o Senhor Governador do Estado, Secretários e Diretores da TELEPAR, quer perante autoridades federais, notadamente, o Senhor Ministro Higinio Corsetti, das Telecomunicações, através de pedidos de informações ou pela palavra de alguns Senhores Deputados.

De nossa parte, assim como daqueles que compõem a Bancada do Governo neste Plenário, sempre houve uma expectativa de confiança no desfecho do caso em tela, por sabermos que o Governo do Paraná está sendo conduzido com dignidade e honradez em todos os seus escalões e, principalmente, por sabermos ser o eminente Governador Parigot de Souza um homem cuja trajetória pública coloca os atos da sua Administração acima de qualquer suspeita.

Por ser assim e por termos, agora, a Justiça paranaense, em instância superior, decidir a questão judicial favoravelmente à TELEPAR, recolocando a verdade nos seus devidos parâmetros e possibilitar destarte o início imediato dos serviços que objetivam a melhoria e ampliação do sistema de comunicações telefônicas de Curitiba, cremos dever este Poder Legislativo manifestar, uma vez mais, a sua confiança ao Exmo. Senhor Governador do Estado, bem como nos homens que compõem a equipe do setor de telecomunicações do Paraná.

Em vista do exposto, requeremos seja consignado nos Anais da Casa, após audiência do Plenário, uma manifestação de aplauso, pelos trabalhos realizados pelo Governo do Estado do Paraná no Campo das telecomunicações, ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná, ao Exmo. Senhor Secretário de Obras e aos Ilmos. Senhores Diretores da Companhia de Telecomunicações do Paraná e ainda, que o inteiro teor deste Requerimento seja dado conhecimento às autoridades citadas, ao Exmo. Sr. Ministro de Telecomunicações e à Bancada paranaense no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1973.

(a) Cândido Martins de Oliveira

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 128-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina — APAE.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1973.

(a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

"A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" também indicada pela sigla APAE de Londrina, foi fundada em 28 de agosto de 1964, é uma sociedade civil de caráter assistencial sem intuito lucrativo e com duração indeterminada, com sede e foro na cidade de Londrina, cujas finalidades, entre outras, são:

- a) — promover o bem estar a proteção e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, onde quer que se encontre;
- b) — estimular os estudos de pesquisas relativos ao problema dos excepcionais.

Preenchendo todos os requisitos da Lei pertinente à matéria, esperamos dos Nobres Pares o necessário apoio ao Projeto de Lei.

Projeto de Lei n.º 129-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A matéria de divulgação ou publicidade de órgãos de administração direta ou indireta, será distribuída a revistas, jornais, rádio e televisão obedecendo a critérios objetivos estabelecidos em normas a serem fixadas pelo Poder Executivo e oficialmente publicadas.

Parágrafo único — Com base para fixação desses critérios deverão ser levados em considerações, entre outros fatores, a regularidade das edições das revistas e jornais, suas características editoriais, a categoria dos leitores que atinge a natureza da publicidade a ser feita, bem como no caso de emissoras de rádio e televisão, a audiência, a potência, o tipo de programa e outros elementos que possam influir na eficácia da divulgação pretendida.

Art. 2.º — A despesa efetuada em não cumprimento ao disposto na presente lei, acarretará responsabilidade civil, administrativa e penal ao agente que a ordenar.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1973.

(a) João Fadel

JUSTIFICATIVA:

Sempre entendemos a necessidade de estabelecer em lei os métodos de distribuição de matéria de divulgação ou publicidade de órgãos de administração direta ou indireta do Estado, porquanto, vitoriosa a filosofia que defende a comunicação das massas, o volume orçamentário destinado ao atendimento daquele setor aumenta a ser distribuídas de modo que não atendem aos reais e legítimos interesses do Poder Público.

Assim, na atual conjuntura, o Poder Executivo poderá sancionar quaisquer órgãos de divulgação e publicidade que eventualmente exerce o direito democrático da crítica, retirando-lhe a matéria publicitária ou de divulgação, ao mesmo tempo em que poderá inflacionar outros periódicos, revistas, rádios emissoras de televisão, que lhes sejam dóceis editorialmente ou, ainda, que disponham de hábeis públicas ocupando, por coincidências, cargos estratégicos na administração.

Além do mais, a concessão de matéria de publicidade e divulgação como até agora vem sendo feita, sem que sejam levados em consideração a regularidade das edições das revistas e jornais — alguns "periódicos" só são editados quando contam com suficiente matéria de publicidade governamental — a categoria dos leitores e a natureza da publicidade a ser feita e, no caso das emissoras de rádio e televisão, a audiência efetivando comprovada, a potência, o tipo de programa e outros elementos que possam influir na eficácia da divulgação ou publicidade pretendida, faz com que o numerário seja dispendido inutilmente, pois não há como aferir-se a receptividade da mensagem divulgada, nem o pensamento do povo, da massa, sobre a atuação do Governo que administra a coisa pública.

Outros argumentos, inclusive os de segurança nacional poderão ser aduzidos para justificar o Projeto de Lei que ora submetemos à apreciação do Ilustrado Plenário e, por isso, temos certeza que o mesmo merecerá o indispensável e honroso apoio dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI N.º 130/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PARANAGUÁ, sediada em Paranaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de junho de 1973.

a) — Nelson Buffara

JUSTIFICAÇÃO: Em anexo, estamos juntando a documentação que atende todas as exigências da legislação regente da espécie, merecendo um destaque especial a folha do "Diário Oficial" da União, de 7 de maio do corrente, que publica a declaração de utilidade pública, formalizada pelo Governo Federal.

Com tais requisitos, espera-se com certeza o acolhimento unânime desta Casa para a pretensão que é, sobretudo, do povo de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O Sr. Dr. Marcos Loureiro Prado, Diretor do DETRAN, vem, através da imprensa, justificar e explicar a concorrência que foi objeto de requerimento de nossa autoria e apoiado por diversos Srs. Deputados, para constituição de uma Comissão de Inquérito para verificar da lisura, ou não, da mencionada concorrência.

E nós sabemos, inclusive, que o Sr. Diretor do DETRAN está magoado, porque atribui a mim a manchete de um jornal. Quer dizer, mais uma vez, o Sr. Diretor do Trânsito deu mancada. A primeira pedindo à Casa licença para processar um Deputado e agora, atribui a mim a responsabilidade pela manchete do jornal. Meu requerimento não diz nada disso. Meu requerimento era apenas no sentido de se constituir uma Comissão de Inquérito para se concluir da possibilidade de ter havido favorecimento a determinada firma, para se verificar se houve imoralidade administrativa. Meu Requerimento não diz que houve negociação. Mas, fazemos uma ressalva à pessoa do Diretor do DETRAN e ratificamos o conceito emitido anteriormente: acredito na honestidade pessoal do Sr. Diretor do DETRAN. Mas, não nos convencem nem as explicações do Sr. Diretor do DETRAN veiculadas através de

todos os jornais da Capital, nem os editais que antecederam a concorrência. Porque ele diz, num dos tópicos, que a transação é de "apenas 170 mil cruzeiros e não quase um milhão de cruzeiros, como diz o Deputado". Mas, nesse mesmo dia, 9, foi julgada uma concorrência para a aquisição de 60 motocicletas da Honda. Então, a somatória da concorrência anterior e da nova, soma, quase um milhão de cruzeiros novos. Não dissemos que houve negociação. Não há razão para que o Sr. Diretor do Trânsito esteja magoado conosco e venha com insinuações maldosas que não podemos aceitar o que S. Exa. diz: "Não podemos aceitar o termo a não ser que negociada se refira à obrigação de pagamento..." não entendo, e creio que ninguém entende o que se quer dizer aqui: "Não podemos aceitar o termo, a não ser que negociada se refira à obrigação de pagamento das multas por todos, pessoas e empresas; aos Julgamentos do Conselho de Acidentes, isentos e que verificam apenas a culpa dos acidentes dentro dos critérios..."

Não entendo o que o homem está dizendo. Afinal de contas sou motorista, sou até iletrado, não posso entender mesmo.

"... critérios de maior justiça, não favorecendo a quem quer que seja. Creio ser esta a forma correta de agir".

"Multas para todos" não sei o que quer dizer com isto. Insinuar que os Deputados subscritores do requerimento e principalmente que o autor do requerimento quis alguma vez se beneficiar pessoalmente junto ao Detran.

Aqui fica, através do líder do Governo, o repto: Se existir um pedido meu dentro do Detran para favorecimento de quem quer que seja — nenhuma visita fiz aquele Departamento, renuncio ao meu mandato. Renuncio ao meu mandato se for provado que alguma vez pedi favorecimento pessoal dentro daquele Departamento.

Acho que o Deputado não tem privilégio ou imunidade fiscal. Cometeu a infração, foi multado tem que pagar. Andar com placa vencida também não pode, muito menos, depois, chorar as maguas na Tribuna desta Assembléia. Tem que pagar o emplacamento em dia. Por isto o Diretor do Detran não venha com estas insinuações malévolas nas entrelinhas porque não está lidando com crianças, sabemos muito bem o que quer dizer.

Se tiver um cartão nosso, um pedido nosso, uma visita nossa durante a gestão do Sr. Marcos Prado, renunciemos nosso mandato. Está aqui lançado o repto. Isto não vai nos intimidar e não vai tirar o direito sagrado desta Assembléia de fiscalizar a boa ou má aplicação dos dinheiros públicos. Não adiantam notinhas na imprensa, a Comissão está constituída legalmente. E nela que terá que exibir os documentos para mostrar se a concorrência foi boa, foi válida, melhor para ele, porque eu virei desta Tribuna dizer que as acusações foram infundadas e que, realmente, a concorrência obedeceu a todos os preceitos da boa moral administrativa.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há duas sessões deste Poder Legislativo que o assunto dominante, parece venha a ser hoje, é o Departamento Estadual de Trânsito.

O motivo que me traz no Pequeno Expediente à Tribuna também se refere ao trânsito mas não com a mesma conotação do orador que me antecedeu.

Todos os Srs. Deputados estão habituados a ver e mesmo a dizer que o trânsito hoje se constitui numa verdadeira arma assassina. Li uma estatística do órgão de divulgação responsável onde se afirma que os acidentes automobilísticos, os acidentes de trânsito matam mais, no Brasil, do que o próprio câncer. E hoje, aqueles que leram os jornais da Capital, todos os jornais, depararam-se com uma fotografia horripilante e com uma notícia das mais sérias: "O ESTADO DO PARANÁ" publica na sua primeira página MAIS UM DIA DE VIOLENCIA E LUTO — a fotografia de um ônibus que, trafegando por uma das vias de Curitiba, Rua Alferes Poli, abalroou um Volkswagen que trafegava na Avenida Getúlio Vargas; arrastou esse carro, aproximadamente 40 ms, imprensou o veículo contra um poste, vindo a, praticamente, assassinar um jovem médico de 36 anos de idade, pai de duas filhas e com a esposa esperando mais um filho para dentro em breve; A "GAZETA DO POVO" da mesma forma na primeira página — FRUTO DA IMPRUDENCIA; e o jornal "DIÁRIO DO PARANÁ", na manchete principal, ÔNIBUS ESTÃO MATANDO NAS RUAS DE CURITIBA, relata o acidente horrível e horrível e ainda se refere a uma vítima de nosso trânsito, Sr. Alício Martins, casado, 46 anos de idade, também atropelado e morto por um ônibus.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à Tribuna para levantar perante a opinião pública do Paraná e esta Casa, a questão que se me afigura das mais graves dentro do trânsito da Capital — a falta de preparo de muitos motoristas de veículos de transporte coletivo.

Este acidente causou a morte de um médico, mas, quantos acidentes já, estes veículos têm causado aqui, em outras cidades? O trânsito da cidade, na maior parte das vezes engarrafado, por culpa exclusivamente de motoristas irresponsáveis, de ônibus que se sentem no direito de serem donos das vias públicas por serem veículo de porte maior?

E os cobradores destes ônibus, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitos, dentro dos ônibus, portando armas, discutem com passageiros, com homens simples, com operários que pegam o veículo para virem ao seu trabalho, negam-se, às vezes, a dar o troco correto e, quando discutem exibem a arma e atemorizam os passageiros.

Venho levantar a questão não para acusar quem quer que seja, mas para pedir às autoridades constituídas, sobretudo à Prefeitura Municipal a quem está afeta a responsabilidade do transporte municipal de Curitiba, que tome providências, de uma forma ou de outra, chamando a atenção dos responsáveis pelas empresas de ônibus da Capital, chamando a atenção dos homens que têm a responsabilidade de selecionar bem os motoristas, de escolher bem aqueles que vão conduzir estas verdadeiras armas mortíferas que trafegam no centro da cidade de Curitiba.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós não vamos falar do trânsito de Curitiba, mas de certa maneira relaciona-se também com o trânsito, vamos falar de estradas. Acredito que os Srs. Deputados da região de Campo Mourão e Goioerê devam ter recebido da Câmara Municipal de Goioerê e da Prefeitura Municipal de Goioerê, um documento que aquele Município, através dos seus líderes políticos e das representações de classe do Município, encaminharam ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, solicitando a ligação asfáltica de Goioerê a Campo Mourão. Estamos sabendo que em breve, pelas notícias dos jornais quem sabe em julho deverá ser iniciado o asfaltamento da Rodovia Campo Mourão - Cascavel e que não

irá passar por Goioerê, deixando de lado uma região importante dentro do cenário econômico do Paraná, principalmente, levando em consideração a grande produção agrícola daquela região, e principalmente, Goioerê que é hoje o Município que mais produz algodão, em nosso Estado. Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de ler, para que fique nos Anais da Casa e que a Assembleia Legislativa tomasse conhecimento e registrasse a reivindicação daquele Município. Vou ler o documento que a Câmara Municipal de Goioerê encaminha à nossa pessoa.

(Lê): — "O Município de Goioerê, ao ensejo de mais uma Assembleia Geral da ComCam, entidade que corresponde à microregião n.º 19, da SUDESUL, em nosso Estado, quer fazer publicamente a V. Exa. a entrega desta Mensagem que consubstancia uma das mais justas reivindicações do seu povo. A LIGAÇÃO ASFALTICA ENTRE GOIOERÊ E CAMPO MOURÃO.

Inúmeras são as razões que se podem invocar na ordem geopolítica, econômica e social. A ligação favoreceria uma das mais ricas regiões do Paraná, beneficiando ainda os Municípios de Boa Esperança, Janiópolis, Moreira Salles, Mariluz, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Nova Esperança.

Goioerê é um dos dez Municípios mais populosos do Paraná, com quase oitenta mil habitantes. A população compreendida entre os dois polos — GOIOERÊ E CAMPO MOURÃO — pode ser estimada em quase 400.000 (quatrocentos) mil habitantes, conforme último censo.

Goioerê pode ser considerado o maior produtor de algodão do Paraná e possui quase 70% de sua superfície cultivada. Um quadro estatístico parcial, consoante dados fornecidos apenas pelas principais algodoeiras e cerealistas goioerenses, revela a seguinte produção de soja e algodão, no corrente ano, em números aproximados:

Algodão		
31 018.350 arrobas	—	Cr\$ 63.172.829,00
Soja		
11.998.080 quilos	—	Cr\$ 12.963.208,00

Os bancos locais estão mantendo uma média de depósito aproximada de Cr\$ 21.250.000,00 (docs. a f. 11 a 14).

No exercício fiscal de 1.972, o Governo Estadual arrecadou em Goioerê um total de Cr\$ 7.237.849,06 (docs. n.ºs. 15 e 18) apesar do deferimento do ICM na primeira transação de cereais. O aumento da arrecadação nos quatro primeiros meses do corrente ano foi substancial como se verifica dos demonstrativos de janeiro a abril de 72/73. A União, seu turno, também arrecadou apenas em Goioerê a importância de Cr\$ 1.088.524,33, no exercício anterior. O atual eleitorado da 92.a zona, compreendendo GOIOERÊ, MARILUZ E MOREIRA SALLES, totaliza 27.382 eleitores.

Pois bem, Sr. Secretário, a pujança desta região, demonstra perfunctória e em dados rápidos, que poderiam ser completados pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, está a merecer uma palavra de alento que marque a sua integração definitiva com o sistema de estradas de primeira classe em nosso Estado.

Esta extraordinária produção agrícola, em maior parte destinada à exportação, chega aos nossos portos com sua qualidade comprometida, sofrendo grandes perdas, que comprometem a sua rentabilidade.

O que não se quer para esta região do Piquiri-Ivaí é que o asfalto aqui chegue tardiamente, quando as pastagens tiverem tomado conta de suas terras, decretando o êxodo dos homens que não conseguiram vencer as adversidades da natureza, que lhe cortaram as possibilidades de escoamento rápido e garantido de seus produtos.

Goioerê renova suas melhores esperanças. Sabe que o traçado que se reclama faz parte do Plano Diretor do D.E.R., superando, pois, a fase de estudos de viabilidade econômica. Aguarda, pois, que V. Exa. determine a curto prazo a concorrência para o projeto de engenharia, dando assim o primeiro passo concreto nesta obra que será a redenção de toda esta região, abrindo-lhe as portas de igual acesso ao desenvolvimento, eliminando uma desigualdade regional que representa grande injustiça, incompatível com a operosidade de um povo que nunca deseperou da sua missão e quer colaborar para o engrandecimento desta Nação.

Neste sentido, Sr. Presidente, é que estamos encaminhando Requerimento ao DER e à Secretaria de Transportes para que, se o traçado Campo Mourão-Cascavel não passa por Goioerê, que pelo menos se faça um estudo, e se concretize uma obra de ligação de Goioerê à Rodovia Campo Mourão-Cascavel, ligando diretamente Goioerê, Janiópolis e Campo Mourão.

Era o registro que queríamos fazer e agradecemos a V. Exa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme V. Exas. devem ter tido a oportunidade de ouvir por ocasião da leitura do Expediente, apresentamos requerimento dirigido a S. Exa. o Sr. Ministro da Educação, apelando no sentido de que aquela autoridade adote uma posição para anular a repreensão imposta ao acadêmico de Direito e Vereador de Londrina, Wladimir Belinati, por denúncia feita na Câmara Municipal daquele Município, noticiando a morte por espancamento de Maurício Rodrigues, que deu origem a uma posição oficial por parte das autoridades do Estado, no sentido de punir os responsáveis e com isto evitar que aquele estudante seja injustamente penalizado como o foi pela Universidade de Londrina. Se de um lado as autoridades da Universidade de Londrina entenderem que o estudante Wladimir Belinati tenha incorrido em falta de ética com a profissão ao denunciar o fato, ao divulgar as sevícias que levaram o menor a falecer, por outro lado é bom que se saiba e que essas autoridades tomem conhecimento de que nenhum brasileiro, sob pena de cometer crime por ocultar fato delituoso.

Nestas condições, a atitude de Wladimir Belinati deveria, isto sim, ser aplaudida, porque, na verdade, estava denunciando, à opinião pública de Londrina um crime odiando praticado por aqueles que têm a obrigação de zelar pela segurança de nossa terra.

Por esse motivo, dirigimos o apelo a S. Exa. o Sr. Ministro da Educação, no sentido de que, observando as particularidades do caso e, acima de tudo, pela maneira pela qual agiu o estudante, no cumprimento de seu dever, até cívico, e dentro das normas da legislação vigente, achando por bem suspender e determinar a nulidade da referida apreensão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, em Plenário, do Sr. Prefeito de Colorado e do Sr. Vereador, 1.º Secretário da Câmara Municipal daquele Município.

Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

Não se encontrando presente o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assistimos, há dias atrás, com grande surpresa, e estarrecidos até, a afirmações que se fizeram, nesta Casa, com a responsabilidade que possuem aqui os representantes do povo, de que dentro do Banco do Estado do Paraná se fazia verdadeiras negociações. Não tenho nenhuma procuração dos elementos que compõem a Diretoria daquele principal estabelecimento de crédito de nosso Estado, para, em nome daquela Diretoria, fazer a defesa de seus membros. Mas, queremos afirmar aqui, categoricamente, que, dificilmente se provaria que dentro desse estabelecimento se estejam fazendo verdadeiras negociações.

Ou então vejamos, acompanhamos de há muitos anos, as administrações que se sucederam no Estado do Paraná. Sem que vá nisso ataques a quem quer que seja, sem citar nomes, todos os Srs. que vivem no Estado do Paraná, haverão de convir comigo que, há anos passados, do Governo Ney Braga para trás, o Banco do Estado do Paraná estava realmente em vias de falência. Era um estabelecimento de crédito de "pró-forma" somente, de fachada. Era realmente o caos que imperava naquele estabelecimento de crédito. Quando assumiu o Governo, nos idos de 60, o então major Ney Braga, constituiu-se uma Diretoria, naquele estabelecimento de crédito, e, por uma coincidência, o Superintendente escolhido então, é o atual Vice-Presidente deste estabelecimento, elemento do Banco Central, homem íntegro, técnico, capaz idealista acima de tudo, o Sr. Celso Sabola, entre os outros homens ilustres que ocuparam a Diretoria desse Banco, transformando essa Casa de Crédito a mais respeitada e um dos grandes Bancos conhecido hoje em todo o cenário nacional.

Em nossas andanças pelo interior recebemos reivindicações dos Prefeitos dos pequenos Municípios e Distritos solicitando nossa interferência para a instalação de Agências do Banco do Estado do Paraná em seus respectivos Municípios, tal a pujança desse estabelecimento de crédito, tal a orientação sadia de sua Diretoria.

Que se faça crítica, acho válido porque nós, também, da Arena fazemos, mas que se façam calúnias, difamações, a não ser que sejam provadas, é lamentável.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Tenho a impressão nobre Deputado que V. Exa. não está vendo a questão em seus devidos termos data vênica.

O que ouvimos da Tribuna foi um pronunciamento, uma solicitação do Deputado Sebastião Rodrigues, pedindo, fazendo apelo e finalmente acabou requerendo que o Projeto de Lei, que traz a assinatura do nobre Deputado João Mansur, viesse a Plenário e tivesse condições de ser discutido, votado. Esse projeto trata da questão dos subsídios dos Srs. Diretores e Presidente do Banco do Estado.

S. Exa. afirmou aqui que teve conhecimento próprio, que um Diretor do Banco chega a perceber num semestre a elevadíssima importância de 144 mil cruzeiros.

Aduziria que, efetivamente, existe uma enorme evasão de dinheiro nas autarquias e companhias onde o Estado do Paraná participa com a maioria do capital. Sabemos, em contrapartida, nobre Deputado, que os pobres e infelizes servidores do Estado, onde existem inclusive funcionários com 25 anos de serviço, percebem 300 cruzeiros. Há, portanto, uma injustiça, muito grande, na distribuição do erário público.

S. Exa. não tratou, não disse, não afirmou como nenhum membro do MDB que tivesse havendo negociações dentro do Banco do Estado. Não ouvi do nobre Deputado Sebastião Rodrigues nenhuma alusão a negociações, quanto mais afirmações e, de fato, isto é muito sério, muito grave. Mas não tenha dúvida V. Exa. que se porventura viessemos a ter conhecimento de alguma negociação, de alguma coisa errada em qualquer repartição pública em alto e bom som, por dever de ofício, traríamos a esta Tribuna.

Mas, absolutamente não foi afirmado pelo Deputado Sebastião Rodrigues, por nenhum membro ed nossa Bancada de que alguma negociação existe. O que foi solicitado foi que aquele Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado João Mansur, venha a Plenário, tenha condições de ser discutido, aprovado ou negado. Muito obrigado.

O SR. PAULO POLI — Nobre Deputado, V. Exa., um representante brilhante como é, já que adentrou a esta Casa de imediato conquistou o respeito e a admiração de todos nós. Vejo, nobre Deputado, que V. Exa. teria se adiantado às minhas palavras, porque não fiz insinuação nenhuma a nome ou Bancada, e V. Exa. se adiantou, já citou nomes e citou que a Bancada, elementos da Bancada do MDB não teriam feito tal afirmativa. Já que V. Exa. citou nominalmente o nobre Deputado Sebastião Rodrigues, gostaria de dizer que, lamentavelmente V. Exa. não estava aqui no Plenário, porque se V. Exa. estivesse, V. Exa. não faria a afirmação que fez neste instante, porque o nobre, eminente e ilustre Deputado Sebastião Rodrigues, sentado na 2.a fileira desta Casa, exatamente no local que se encontra no momento o Deputado Luiz Roberto Soares, daquele local há dias passados o eminente Deputado Sebastião Rodrigues afirmou alto e bom som que, dentro do Banco do Estado do Paraná a Diretoria do Banco do Estado do Paraná se prestava a negociações; ato seguinte, nobre Deputado, o Líder da Bancada, o Líder do Governo solicitou do Presidente da Mesa que expedisse de imediato ou tão logo fosse possível, notas taquigráficas da afirmação que havia sido feita por aquele Deputado.

Como vê, respeito perfeitamente o ponto de vista de V. Exa. e vejo que V. Exa. desconhecia, nobre Deputado, este episódio.

Quanto à outra parte, nobre Deputado, em que afirma V. Exa. que tanto V. Exa. como os membros da ilustre Bancada do Movimento Democrático Brasileiro com assento nesta Casa, não permitiriam jamais que se fizessem negociações impunemente, eu quero afirmar a V. Exa. que isto não é privilégio da Bancada do MDB, porque todos os demais componentes da Bancada do Governo, da ARENA, sem exceção de quem quer que seja, estariam concordes todos eles, teriam a iniciativa de defender os interesses do povo. Jamais, nobre Deputado, nosso compromisso com o Governo, nosso compromisso partidário, nossa situação de fidelidade partidária jamais iria permitir que fizessemos silêncio diante de negociações ou de marmeladas.

O Sr. Iris Caldart — Nós sabemos disso, nobre Deputado e nem seria necessário V. Exa. dizê-lo, que respeito as afirmações que V. Exa. reitera e atribuídas ao nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior; em razão dele não se encontrar em Plenário no momento, eu posso e devo e quero afirmar a V. Exa. que, se ele as fez, ele trará neste Plenário as razões e os motivos e as justificativas. Muito obrigado.

O SR. PAULO POLI — Exatamente, nobre Deputado. O nobre Deputado

Sebastião Rodrigues fez essas afirmações e nós reputamos graves, as afirmações. E assim é que nós decidimos assumir esta Tribuna e, em rápidas palavras tecer um histórico do que era e do que é este Estabelecimento de Crédito, e dizer também dos elementos que compunham a Diretoria do Banco do Estado do Paraná, de 1960 para cá, inclusive, citamos que, compõe — uma coincidência — a Diretoria de hoje do Banco do Estado do Paraná, um elemento que na ocasião era Superintendente do Banco do Estado e que hoje ocupa o cargo equivalente, que é o 1.º Vice-Presidente, Celso Sabóia.

Portanto aqui estamos porque quando, nobre Deputado Iris Caldart, quando se faz afirmações dessa natureza, V. Exa. deve convir comigo, é necessário que se dê nome aos bois, porque nós também temos interesse de punir, de que se faça punir os maus paranaenses, os maus brasileiros, porque o povo do Paraná, como bem disse V. Exa., não pode pagar pelos erros administrativos.

Quanto ao que se refere V. Exa., o Projeto de iniciativa do eminente Deputado João Mansur, nós julgamos também que é um Projeto altamente moralizador, altamente saneador. Portanto, pretendia solicitar vistas àquele projeto para estudar minuciosamente este assunto para oportunamente emitirmos o nosso voto.

Eu quero, nobre Deputado, que realmente estas autarquias, estas entidades de economia mista, deva ter determinada limitação em seus lucros. Quanto a isto, não discutimos mais, o que nos trouxe à Tribuna, nobre Deputado não foi o desejo, o interesse de defender a quem quer que seja, o que nos trouxe à Tribuna, e isto demonstra que não podemos admitir hoje e jamais em dia algum, que homens dignos, que homens honrados, homens que trabalham e que governam com cordialidade e com dedicação, sejam atacados e seus agressores continuem impunes. Não queremos, absolutamente, tomar medidas severas contra o eminente Deputado Sebastião Rodrigues, porque queremos que S. Exa. conforme suas afirmações, nos traga aqui maiores detalhes para que não pare no ar esta acusação que afinal, está sobre a cabe de todos os Diretores do Banco do Estado do Paraná. Ainda há dias, nobre Deputado, quando ambos tivemos a honra de participar de uma reunião na cidade representada aqui pelo Deputado Fuad Nacii, Odilon Reinhardt como também por V. Exa., quando se realizava uma reunião de Prefeitos, de passagem por Capelândia, distrito de vossa cidade, fomos abordados pelo Padre Luiz Luiz elemento que conhecemos há tanto tempo, ele nos disse do interesse, do grande interesse da população daquele distrito, distrito de Capelândia, em que fosse instalada ali uma agência do Banco do Estado do Paraná. Assim é, nobre Deputado, vê V. Exa. o respeito a admiração que toda a população tem por este estabelecimento de crédito. Há poucos dias recebemos em nosso gabinete uma Comissão de Prefeitos e que tinha em sua frente, o Prefeito de Santa Inês. Solicitava o Prefeito de Santa Inês, o Prefeito de Itapejara, entre outros que compunham aquela comitiva, que fosse instalada em seu respectivo Município uma agência do Banco do Estado do Paraná. Assim, é, nobre Deputado, que este estabelecimento de crédito goza de um elevado conceito na opinião pública do Estado, um dos grandes estabelecimentos de crédito que tem hoje o nosso País e não podemos, por medida de um cidadão pertencente a ilustre Bancada da Oposição, não podemos, não devemos agredir, nem tão pouco acusar levemente um estabelecimento de crédito que está sendo dirigido com tanta rigidez e com tanta austeridade. Os resultados estão aí, nobres Deputados. O Banco do Estado do Paraná é o que é hoje, em nosso Estado e em nosso País.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o terceiro inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados. Solicitamos nossa inscrição para ocupar a Tribuna pela segunda vez, porque não poderíamos deixar passar em branco as palavras proferidas neste Plenário pelo jovem e dinâmico líder do Governo, Deputado Cândido M. de Oliveira.

S. Exa. foi injusto para com a classe que é ordeira e que muito tem contribuído para o desenvolvimento, não só da cidade, como do Estado e da própria Nação. S. Exa. generalizou uma acusação contra toda uma classe. Englobou o problema, como se fosse um só.

S. Exa., não sei por que cargas d'água, talvez maguado com este Deputado que se orgulha de ter sido, no passado, motorista que foi o fundador do Sindicato dos Motoristas profissionais que ensaiou os primeiros passos na política apoiado pela nobre e valiosa classe de motoristas, S. Exa. entrou-lhas chamou a todos de assassinos. Realmente, aquele motorista ontem cometeu um assassinato contra uma vida humana, porque tivesse ele o reflexo necessário de ter encostado o pé no freio, tinha sido mais uma trombada, mas não se teria perdido uma vida tão preciosa, não por se tratar de um médico, mas de um ser humano.

Todavia este motorista tem carteira profissional expedida pelo Detran, tem licença da Prefeitura, tem atestado de boa conduta, tem exame psicotécnico, está apto a dirigir. É claro que o Dr. Marcos Prado não é o responsável pelos erros dos motoristas, mas não se pode generalizar uma acusação.

Foi infeliz o jovem líder do Governo. Sei que não é de seu feitio. Sei que é um moço de boa formação e já deve ter notado que incorreu num erro ao generalizar a acusação.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Erondy Silvério convivemos há muitos anos nesta Casa, e todos são testemunhas da admiração, do apreço e do respeito mesmo que tenho por V. Exa. Não obstante, nobre Deputado Erondy Silvério, vejo que V. Exa. está de certa forma, maguado com o pronunciamento que acaba de ser feito desta Tribuna pelo eminente líder do Governo, Cândido M. de Oliveira. Nobre Deputado Erondy Silvério, quem sabe não entendi bem, mas a impressão que tenho é a de que o nobre líder está, com justa razão revoltado contra este motorista, este assassino e não teria generalizado o ataque a toda a classe, a todos os motoristas de ônibus, naturalmente S. Exa., no calor de seu pronunciamento, talvez tivesse se estendido a mais alguns outros que tenham se excedido, e tenha se referido a cobradores que maltratam os passageiros. A minha interferência é apenas para evitar que haja mal entendido, que haja atrito, o que seria desagradável, entre V. Exa. e o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira. Porquanto V. Exa., repito poderá analisar isento de paixões as afirmações dadas pelo nobre líder do Governo e verificar que S. Exa. não chegou a tanto.

Era essa a interferência que desejava fazer e agradecer o aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de V. Exa. Mas, V. Exa. cometeu dois equívocos. O primeiro, quando se referiu a cobradores de ônibus. Talvez o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira tenha razão em se revoltar contra a atitude de determinados cobradores de ônibus. Mas, esse é mais um problema de polícia da Prefeitura Municipal. E

tem sido até abordado inúmeras vezes na Câmara Municipal. Até um Vereador do Xaxim tem abordado o problema dos cobradores. Mas, não me referi a isso. Estou maguado porque S. Exa. atingiu uma classe, e eu me julgo pertencente a essa classe, a classe dos motoristas profissionais, homens que mourejam no trânsito louco de Marcos Prado, e que tem os nervos a flor da pele. Mas, devemos citar que apenas três mortes ocorreram, no primeiro semestre de 73, ocasionadas por ônibus, contra 250 mortes ocasionadas por acidentes automobilísticos. A desproporção é muito grande: Não se deve atingir uma classe que trabalha honestamente para o sustento de seus familiares. É essa a minha mágoa o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira generalizou a acusação. Sabemos o motivo. E apenas estamos aqui lançando o nosso protesto, porque, de certa forma, nós representamos essa classe na vida particular.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. quando falava em cobradores fez menção ao Sr. Prefeito Jaime Lerner...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nem toquei no nome do Sr. Prefeito. Disse que esse problema é um problema de fiscalização da Prefeitura. E que o assunto até vinha sendo abordado por um Vereador, representante do Xaxim. É um assunto importantíssimo.

O Sr. Paulo Poli — ... quando me referia àquele moço...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O Sr. do Governo também é moço, o Sr. Prefeito também é moço, velho sou só eu e o Governador Parigot de Souza.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. há reconhecer que não me referia ao Sr. Líder do Governo, porque eu disse até com certo desdém "moço", quando me referia ao Sr. Jaime Lerner. Porque quero afirmar, nesta oportunidade, que, realmente esse moço está apenas preocupado com administração de fachada e não tem olhado para os bairros e não tem procurado, através de seus assessores, fazer uma administração mais eficiente. Veja, V. Exa. por exemplo a rua 7 de Setembro. S. Exa. o Sr. Prefeito está fazendo re-formas, e com isso ocasionando verdadeira baderna ali naquela obra maravilhosa feita por seu antecessor. O que quer S. Exa. é deixar seu nome naquela magnífica obra, como se fora seu autor. Portanto, se S. Exa. o Sr. Prefeito Jaime Lerner pretendia modificar a Av. 7 de Setembro, teria que abrir ruas paralelas que não convem a S. Exa. teria que fazer obras nos terminais onde S. Exa. não aparece, não lhe convem.

Portanto, se V. Exa. se manifesta contra o Prefeito Jaime Lerner, quero parabenizar-me com o nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Dispenso os parabéns de V. Exa. porque não estou atacando a figura do Prefeito, que considero um dos grandes Prefeitos que teve Curitiba, é um moço que está transformando a fisionomia da cidade.

O que ocorre na 7 de Setembro faz parte do Plano Integrado de Transportes de Massas e devia ser um orgulho para os curitibanos, porque o Prefeito Jaime Lerner foi convidado para proferir palestra sobre o assunto na Câmara Federal e já obteve aprovação para o seu Plano Integrado de Transporte de Massas até do Ministério dos Transportes, do Ministério do Planejamento, das mais altas autoridades da República. Tem erros, quem não os tem na administração pública, reconheço isto. Não devo favor nenhum ao sr. Jaime Lerner, não estou fazendo sua defesa, apenas como Deputado do Município, reconheço em sua administração uma grande administração, uma administração sábia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Estou fazendo sua defesa no caso das obras que estão se processando na 7 de Setembro. Acho que o Prefeito Jaime Lerner para perpetuar seu nome em Curitiba não precisava destruir uma Avenida. Não está destruindo faz parte de uma estrutura de trânsito, uma linha de grande densidade Sta. Candida-Pinheirinho. É uma tentativa de desviar os ônibus do centro da cidade, é uma tentativa de dar ao transporte coletivo uma velocidade média, em que possam cumprir o horário sem colocar em risco a vida do próximo. O Prefeito Jaime Lerner está atento a este problema. Nem toda a culpa deve ser debitada a eles. São profissionais que recebem uma tabela que é imposta pelo Poder Público, pela Municipalidade. Têm que cumprir a tabela. Se chegam no sinaleiro "Marcos Prado" que demora quatro minutos para mudar, por exemplo o sinaleiro André de Barros-Dr. Muricy demora quatro minutos, o trânsito fica congestionado. Somente naquele sinaleiro quatro minutos. Isto irrita não somente o motorista como o próprio passageiro do coletivo, como também os outros motoristas que dirigem outros veículos. É uma balbúrdia o trânsito de Curitiba, todos sabemos e nada se faz para corrigi-lo, quando a solução está saltando aos olhos de todos.

Vejam a teimosia, para não dizer burrice, do Sr. Marcos Prado. Todos conhecem Curitiba. A rua Presidente Faria em sua última quadra, entre Rua 15 e Marechal Deodoro estava interrompida não havia obra alguma ali porque a Dra. Mirna, uma arquiteta do Detran achou que devia interrompê-la para ver o que acontecia.

Todos os veículos que demandavam da rua Presidente Faria para a rua Marechal Deodoro afunilavam em frente a antiga sede dos Correios e Telégrafos tal o congestionamento que se verificava.

De tanto falarem, de tanto telefonarem, de tanto o jornal a "Gazeta do Povo" insistir para que fosse aberta a quadra, parece que quebrou o gelo e a indiferença do Sr. Marcos Prado. Em razão disto o trânsito melhorou, não há mais congestionamento naquele local.

A Rua José Loureiro vem em sentido oeste leste em toda a sua extensão. Quando chega na última quadra entre João Negrão e Conselheiro Laurindo, muda de sentido. Isto é sadismo. Obriga o fluxo de veículos que se dirige para a zona leste da cidade e adentrar a João Negrão e depois dobrar a esquerda na antiga Estação Rodoviária, afunilando o trânsito ali e causando as maiores preocupações a todos os motoristas. Bastava que aquela quadra seguisse o mesmo curso normal de mão de direção para que os motoristas tivessem duas opções ao dirigir-se para a zona oeste-leste da cidade que hoje só há a Travessa Bufren e a Amintas de Barros também queriam a Conselheiro Laurindo, Benjamim Constant, mas por puro sadismo; é única quadra da Rua Conselheiro tem mão inversa de direção. Então, são senões que podem ser corrigidos, se não fora um ato de humildade dos homens do Trânsito. Todas essas coisas do trânsito, que têm causado uma irritação constante no trânsito de Curitiba, principalmente àqueles que têm uma tarefa árdua, que entram na linha às 6.00 horas da manhã, às 5.30 trabalham até às 12.00 horas num estado de tensão permanente problemas de trânsito, de passageiros, de defeitos mecânicos nos veículos. Insurjo-me contra a crítica generalizada, por esta razão. É evidente que existem motoristas que deviam ter até as suas carteiras de motoristas, cassadas, mas isso é função da autoridade pública, que não faz nada. O DETRAN não faz nada porque delegou as suas atribuições a uma entidade particular; ali é que se faz o exame psicotécnico — faz-se a 1.ª vez, 70% dos candidatos são reprovados para que paguem taxa de reinscrição; depois são aprovados, na segunda vez, os mesmos elementos são aprovados 15 dias depois, aí o homem não tem mais neurose, não tem mais desritmia, não tem mais nada.

De maneira que, e contra essas coisas que eu me insurjo que se generalize a crítica a uma classe que tem servido à coletividade paranaense, tem contribuído para o desenvolvimento do Estado e da Nação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoio. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoio. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoio. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 49-73, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico-Escritor Antonio Salomão. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 41-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 113-73, que aprova acordo n.º 04-73 celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando realização do II Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 148-72, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão e Itapejara do Oeste. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.O.P.T.C. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 32-73, de autoria do Dep. Candido M. de Oliveira, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná — FUFEP do Paraná, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 207-72, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria a estrada que partindo de Realeza passa pelo Município de Capitão Leonidas Marques e alcança o Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 207-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que, partindo de Realeza, passa pelo Município de Capitão Leonidas Marques e alcança o Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel, numa extensão de 90 km. aproximadamente.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em novembro de 1972.

aa) — Dep. Arizone Araújo.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de rodovia de vital importância para o progresso e desenvolvimento da região, justifica-se, por isso, a medida que se pretende com esse projeto.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 207-72

PARECER:

I — Com o presente plano de Lei, objetiva o eminente Deputado Arizone Araújo autorizar o Poder Executivo a transferir para a responsabilidade do D.E.R. a conservação da estrada que liga Realeza ao Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel.

II — O projeto está articulado e justificado como exige o Regimento Interno da Casa, e não fere dispositivo legal ou constitucional. Pela aprovação.

É o Parecer, S.M.J..

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

aa) Antonio Franco F. da Costa — Presidente

Quielise Crisóstomo da Silva — Relator

Ivo Thomazoni

Ovidio Franzoni

Erondy Silvério

Igo Losso

Paulo Camargo

Wilson Fortes.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PROJETO DE LEI N. 207-72

PARECER

1) — Com o projeto de lei em exame, visa o ilustre Deputado Arizone Araújo, autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que, partindo de Realeza, passa pelo Município de Capitão Leonidas Marques e alcança o Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel, numa extensão de 90 km aproximadamente.

2) — Esta proposição já foi devidamente examinada pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, com pareceres favoráveis.

3) — A matéria consubstanciada na presente proposição se nos afigura oportuna e necessária, e quanto ao mérito que cabe examinarmos nesta oportunidade, não vemos qualquer impedimento na sua aprovação, razão pela qual nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 8 de maio de 1973

aa) Borsari Netto — Presidente

Lázaro Dumont — Relator

Antonio Belinati

Arthur de Souza

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 207-72

PARECER

1) — Com o presente plano de lei, visa o ilustre Deputado Arizone Araújo, autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que, partindo de Realeza passa pelo Município de Capitão Leonidas Marques e alcança o Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel, numa extensão de 90 quilômetros aproximadamente.

2) — Referida proposição já mereceu parecer favorável da dunta Comissão de Constituição e Justiça.

3) — O projeto se nos afigura oportuno e necessário, e quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento na sua aprovação, razão pela qual, nosso parecer é favorável.

PROJETO DE LEI N. 207-72

É o parecer

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973.

aa) Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Alvaro Dias

João C. Fadel

Francisco Escorsin

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 25-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 15-73, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização para alienar bens imóveis, equipamentos e instalações constantes da Usina Hidrelétrica de Marechal Mallet. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 25-73

MENSAGEM N. 15-73

Curitiba, 15 de março de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo alienar os bens imóveis, equipamentos e instalações constantes da Usina Hidrelétrica de Marechal Mallet.

O acervo cuja autorização para alienação é proposta através do Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa, foi examinado e levantado por uma comissão especialmente designada, tendo essa comissão esclarecido que tal acervo não apresenta as mínimas condições para utilização pelos órgãos da Administração Pública, razão pela qual a própria Companhia Paranaense de Energia Elétrica no se interessou por sua utilização, já que se julgou de mais conveniência fosse o suprimento de energia elétrica para aquela região feito pela Usina de Salto Grande do Iguaçu.

Assim sendo e considerando-se que o questionado acervo se encontra totalmente improdutivo e cada vez mais depreciado pelo desuso, embora se tenha procurado conservá-lo devidamente, julgou-se plenamente justificável a sua alienação à iniciativa privada, medida que, se consumada, virá sem sombra de dúvida ensejar a implantação de novas indústrias, possibilitando grande desenvolvimento da Região e propiciando boa oferta de mão de obra.

O anteprojeto contém dispositivo expresso determinativo de que a alienação seja feita mediante concorrência pública e preenchimento de todas as formalidades legais aplicáveis à espécie.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício do cargo de Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N-Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante concorrência pública e preenchimento de todas as formalidades legais, os bens imóveis, equipamentos e instalações constantes da Usina Hidrelétrica de Marechal Mallet.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 25/73 — MENSAGEM N.º 15/73

PARECER

1.) O Projeto de Lei n.º 25/73, oriundo da Mensagem Governamental n.º 15/73, visa autorizar o Poder Executivo a alienar, mediante concorrência pública, os bens imóveis, equipamentos e instalações constantes da Usina Hidrelétrica de Marechal Mallet.

2.) Salvo melhor juízo(não há nada que se oponha, tanto do ponto jurídico como constitucional à aprovação do presente plano de lei.

Desta forma, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.5.73

aa) — Antônio F. F. da Costa — Presidente

Antônio Lopes Júnior — Relator

Igo Losso

Wilson Fortes

Quielise C. da Silva

Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 25/73

PARECER

De autoria do Governo do Estado, o presente Projeto de Lei em exame, pretende a autorização desta Casa, para alienar, mediante concorrência pública e preenchimento de todas as formalidades legais, os bens imóveis, equipamentos e instalações constantes da Usina Hidrelétrica de Marechal Mallet.

A Dulta Comissão de Justiça já se pronunciou favorável no parecer de fis.. Do ponto de vista financeiro, que nos cabe examinar nesta Comissão, somos também, pela aprovação da propositura.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 6.6.73

aa) — Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente

Alvaro Dias — Relator

João Fadel

Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 46/73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva fixar em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros) mensais, os vencimentos dos Cargos em Comissão de Secretários do Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 80/73

MENSAGEM 46/73

Curitiba, 26 de abril de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), os vencimentos dos cargos em comissão de Secretário de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado.

A medida constante do Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa é decorrência da grande necessidade de ser mantida justa remuneração aos Secretários de Estado e aos ocupantes dos demais cargos especificados, cujos atuais vencimentos tem, de longa data, sido mantidos inalterados, pois são, ainda, aqueles fixados através da Lei n.º 6.118 de 26 de junho de 1970.

Os estudos que precederam à elaboração do anexo anteprojeto obedeceram e respeitaram os limites e condições estabelecidos pela Constituição e Legislação Federais estando, consequentemente, tais vencimentos, propostos em valores sensivelmente menores que os dos correspondentes cargos do Serviço Público da União.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado JOÃO MANSUR
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/ Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os vencimentos mensais dos cargos em comissão de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado ficam fixados em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de verbas próprias do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 80-73

SÚMULA: Mensagem Governamental n.º 46-73, encaminhando Anteprojeto de Lei, que objetiva fixar em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiro) mensais, os vencimentos dos cargos em Comissão de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado.

P A R E C E R

A presente Proposição tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 46-73 e visa encaminhar a esta Casa de Leis, para os fins constitucionais, Anteprojeto de Lei que objetiva fixar em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), os vencimentos dos cargos em Comissão de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado.

A medida proposta pela presente Proposição ora submetida à deliberação desta Comissão, é decorrência da grande necessidade de ser mantida justa remuneração aos ocupantes dos cargos especificados, cujos atuais vencimentos são, ainda, aqueles fixados através da Lei n.º 6.118, de 26 de junho de 1970.

A Proposição é escorreita, tanto constitucional, como jurídica ou legal, pois foi elaborada obedecendo e respeitando os limites e condições estabelecidos pela Constituição e Legislação Federais.

Destarte, opino pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30-5-73

aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Wilson Fortes — Relator

Quiêse C. da Silva — Antônio Lopes Júnior — Erondy Silvério — Igo Lasso — Ovidio Franzoni

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 80-73

SÚMULA: Mensagem Governamental n.º 46-73, que objetiva fixar em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros) mensais, os vencimentos dos cargos em Comissão de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado.

P A R E C E R

A Proposição ora em exame por esta Comissão, é oriunda da Mensagem Governamental n.º 46-73, visando fixar em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), mensais, os vencimentos dos cargos em Comissão de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça na sua devida oportunidade, opinou pela aprovação da medida.

Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não há nenhum óbice que se lhe possa antepor, tratando-se de matéria de competência exclusiva do Governador do Estado.

Assim sendo, opino pelo acolhimento da Proposição.

Sala das Comissões, em 6 de junho de 1973

aa) Quiêse C. da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Alvaro Dias — João Fadel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizono Araújo, constante do Expediente, solicitando que, na qualidade de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, seja designado para representá-la no Congresso das Comissões, que terá lugar na Capital Federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser também procedido o asfaltamento do trecho ligando Goio-Erê a Campo Mourão, ou ao ponto mais próximo da Rodovia Campo Mourão-Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que se digne determinar a criação de um Grupo Escolar, na Planta Santa Helena, no Bairro de Santa Felicidade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro da Educação, no sentido de que se digne determinar a nulidade da punição imposta ao acadêmico de medicina Waldmir Belinati, estagiário no Hospital Universitário de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Obras e aos Srs. Diretores da Telepar, pelos trabalhos realizados pelo Governo do Estado no campo das telecomunicações. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam determinadas providências, visando a construção de novos edifícios escolares na cidade de Sertãoópolis. — **Aprovado.**

Ofício firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, encaminhando Emenda Aditiva ao Requerimento que propõe a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, para examinar a legalidade das licitações procedidas pelo Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito "Funrestran".

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela Ordem). Sr. Presidente.

Para levantar perante à Mesa, uma questão de ordem, com relação ao Requerimento que V. Exa. coloca à apreciação e anuncia sobre ele a decisão desta Presidência.

Por ocasião de uma das Sessões anteriores, este Deputado levantou uma questão de ordem com base no item VI, do artigo 16, da Constituição Estadual que diz: "Não será criada Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Assembléia Legislativa".

Requeremos, na mesma ocasião, certidão da Comissão Executiva que nos desse conhecimento de todas as Comissões de Inquérito criadas nesta Casa, com o devido relatório pronto, portanto, finalizados os trabalhos destas Comissões.

Entendemos, Sr. Presidente, com base no art. 36, do Regimento Interno, que as Comissões de Inquérito criadas durarão até a conclusão dos respectivos trabalhos. O artigo 36, letra a, é a letra viva do Regimento da Casa. Além disto cito o art. 31 § 2.º, onde diz que as Comissões serão permanentes e temporárias. "§ 2.º — As temporárias são internas e externas e se extinguem com a terminação da Legislatura ou logo que tenham preenchido o fim a que se destinavam". Em nosso entendimento, se não preencheram o fim a que se destinavam, ultrapassam de uma Legislatura para outra. Art. 36, letra a: "As Comissões temporárias durarão: as de inquérito, até a conclusão dos respectivos trabalhos".

Esta é a primeira questão de ordem que levanto.

A segunda questão de ordem que levanto, está amparada no artigo 19 da Constituição Estadual que diz: "A Requerimento de um terço de seus membros, a Assembléia criará comissões de inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, observando, em sua composição, o disposto no artigo 16, parágrafo único, item I.

Com base neste artigo, o autor principal do pedido de Comissão de Inquérito requereu fosse este pedido colocado em diligência. Ocorre que, segundo podemos verificar, o adendo feito ao Requerimento contém apenas a assinatura do eminente Deputado Erondy Silvério. Ora, o número de membros e o prazo certo para funcionamento da Comissão é parte integrante do projeto que cria a Comissão.

Portanto, em nosso entendimento, salvo melhor juízo, o adendo terá que ser subscrito no mínimo por um terço dos integrantes da Casa. O Requerimento principal foi efetivamente subscrito por 19 Deputados, portanto, além de um terço que a Comissão precisaria para ser criada. Ocorre que o prazo e o número de Membros formam parte integrante. Inclusive, Sr. Presidente, não ocorrendo, como não ocorre no Requerimento principal, a Comissão não pode ser constituída. É possível que haja divergência entre os signatários do primeiro Requerimento e os do segundo.

Portanto, a segunda questão de ordem. A Mesa não me respondeu ainda quais as Comissões de Inquérito que estão funcionando. Entendemos que enquanto estiverem mais de cinco criadas, sem relatório final quanto ao prazo do artigo citado do Regimento Interno, esta Casa não pode, sob pena de violar o Regimento Interno, criar nova Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ainda o adendo deve, no nosso entendimento, ser subscrito por todos os Deputados que subscreveram o primeiro, ou então, por outros, desde que atinjam o total de um terço.

Esta a Questão de Ordem que ofereço à Mesa, pedindo que antes de aceitar o Requerimento, que responda nossa Questão de Ordem. — (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela Ordem). Sr. Presidente, data vênica a Questão de Ordem levantada pelo Ilustre Líder do Governo, Deputado Cândido Martins de Oliveira, todavia, não vemos o problema sob o mesmo enfoque. Eis que a Lei n.º 1.579, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, em seu Artigo 5.º, § 2.º, sentença, limpidamente, que a incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a Legislação em que tiver sido outorgada, salvo deliberações das respectivas Câmaras, provocando-a dentro da Legislatura em causa.

Ademais, é de se notar que, em seu Comentário à Constituição Federal, o Ilustre Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, da Universidade de São Paulo, em que comentando o Artigo 30, Letra "e", cujo teor é o seguinte:

"Não será criada Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação por parte da maioria da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal", diz o comentarista: a Emenda n.º 1 proíbe o funcionamento concomitante de mais de cinco das Comissões de Inquérito, que qualquer das Câmaras pode criar em seu seio. Funcionando — diz a Constituição. Dessa forma, se por exemplo, a Câmara dos Deputados já houver criado, cinco dessas Comissões, mas uma delas houver suscitado o seu funcionamento, poderá ser criada outra, sem necessidade da deliberação adiante mencionada".

É evidente que se assim não fosse, bastaria que se criasse 5 Comissões em uma Legislatura qualquer, e não mais fosse, dado prosseguimento a seus trabalhos, para impedir, durante quatro anos, que as Câmaras, as Assembleias, o Senado, não mais pudessem criar nenhuma Comissão; o que viria conflitar com o espírito da Constituição que outorga ao Poder Legislativo o papel de fiscalização. Papel esse que não vou dar a mesma interpretação que pretendeu dar o Ilustre Líder do Governo.

Quanto à Questão de Ordem que a emenda aditiva teria necessidade da posição de um terço de assinaturas, também não me parece deva ter acolhida. Eis que, como bem disse o Nobre Líder do Governo, se alguns dos signatários do pedido inicial impugnarem, por não concordar com o prazo e número de membros, parecer-me-ia, aí, sem lógica, que a emenda tivesse que conseguir novamente as assinaturas correspondentes a um terço da Assembleia. Mas, como nenhum signatário do Requerimento original tenha contestado, parece-me que o Deputado subscritor da emenda teria funcionado como mandatário e falando em nome de todos os demais. Parece-me que se trata de mero apêndice de formalidade, não se caracterizando como suplência mesma do pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito. É evidente que não seria pelo número de membros que assinaram, ou deixaram de assinar o Requerimento inicial desta forma. Este é o nosso entendimento, salvo melhor juízo. Nestas condições reitero à Mesa seja acolhida a emenda aditiva que vai suprimir uma diligência, cumprindo assim o que foi solicitado pela própria Comissão Executiva. Aliás a deliberação da Comissão Executiva é muito clara porque baixa em diligência específica ao Deputado que primeiro assinou o requerimento. Basta que se leia o despacho para se perceber que, consequentemente, nada mais foi feito do que atender a deliberação da Comissão Executiva que fosse baixada diligência específica ao Deputado subscritor primeiro do requerimento inicial.

O SR. ARMANDO QUEIROZ DE MORAES — (Pela ordem). Sr. Presidente, queria aduzir algumas considerações ao assunto.

A lei citada pelo Nobre Deputado Luiz Roberto Soares é de 1952 e ela tem fim específico em sua aplicação. Aplica-se às duas Casas do que compõem o Congresso, Câmara Federal e Senado. Nem todas as normas contidas ou adotadas pelo Regimento hoje da Câmara ou do Senado podem ser compulsoriamente aplicadas à nossa Casa. Temos nosso Regimento Interno. Enquanto não forem elaboradas outras, estas normas é que devem prevalecer. Isto é que desejava adiantar a V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). Sr. Presidente, em que pese a ponderação do deputado Armando Queiroz, todavia ainda mantenho a posição inicial. É evidente que a legislação estadual acompanha a legislação federal. Com relação a Comissão Parlamentar de Inquérito basta que se leia a Constituição Federal para perceber que a Constituição Estadual é quase "ipses litiris", "ipses verbis" da mesma.

Data vênha e peço excusas ao Nobre Deputado sempre tão brilhante em suas considerações jurídicas, mas, com relação a este aspecto, não está com o melhor entendimento.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela ordem). Sr. Presidente, embora a argumentação brilhante e preparada do Deputado Luiz Roberto Soares, trazendo à consideração da Casa a lei 1579 de 1952, anterior à atual Constituição Federal, fazendo remissão a artigos que nada têm a ver na Constituição, com Comissões Parlamentares de Inquérito.

Muito embora o argumento do Deputado Armando Queiroz jogue uma pá de cal sobre o assunto visto como argumentou bem no sentido de que esta Lei é de aplicação expedida para ambas as Casas do Congresso Nacional não devendo se aplicar às Assembleias Legislativas, quando o seu Regimento Interno, na forma como eu li, versa de maneira diferente, entendo que a argumentação de Sua Excelência Deputado Luiz Roberto Soares com relação à assinatura apenas do principal signatário do pedido inicial, essa argumentação não elide à assinatura de todos os membros, dizendo que houve uma procuração tácita dos signatários do 1.º documento aos signatários do 2.º documento, ao adendo, é prejudicial.

Dizer que o silêncio é um consentimento num caso de tamanha gravidade como é uma Comissão Parlamentar de Inquérito é, não diria, torcer os fatos aqui debatidos, mas, é olhar o problema sob uma perspectiva apenas favorável àqueles que desejam a Comissão Parlamentar de Inquérito. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como entendemos que as nossas Questões de Ordem estão perfeitamente fundamentadas na Constituição e no Regimento Interno, sugeriria à Mesa, a título de sugestão, que V. Exa. colocasse em votação do Plenário a retirada do Requerimento do pedido da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para a análise acurada do fato, na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas para encerrar, eu lembraria que, tendo a subscrição de 1/3 dos srs. Deputados, o requerimento não há porque ser aprovado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Em que pese o brilho das interpretações dadas pelos nobres Deputados Candido Martins de Oliveira, Luiz Roberto Soares e Armando Queiroz que eu reconheço três gigantes do Direito dentro desta Casa, mesmo que seja bem menor a razão da minha decisão, eu passo a decidir.

Não acolho o Requerimento do nobre Líder do Governo em referência à retirada do exame do Plenário do pedido do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, porquanto este Requerimento não será mesmo submetido à apreciação do Plenário, não está em apreciação do Plenário.

Quanto as Questões de Ordem, referentemente à primeira, arguida pelo nobre Líder do Governo, esta Presidência informa que foram criadas 3 Comissões Parlamentares de Inquérito; a primeira Comissão, para verificar as veridades das denúncias trazidas a público pelo ex-Governador do Estado a respeito da Administração anterior; no início foi constituída em 12 de abril de 1971 com 13 membros; não foi instalada.

A segunda em consequência não se encontra em funcionamento.

Segunda Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída para apurar irregularidades no que diz respeito a Transportes Coletivos, Táxis etc. requerida pelo nobre deputado João Mansur, constituída em 14 de abril de 1971, com 5 membros; não foi instalada.

Terceira Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída para apurar irregularidades na Junta Comercial do Paraná, requerida pelo Sr. Deputado João Fadel, constituída em 26 de março de 1973 com 5 membros, instalada a 5 de abril de 1973 — em pleno funcionamento.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, creio haver um equívoco por parte da Mesa. Requeri à Mesa uma certidão em que consta o número de comissões criadas nesta e nas anteriores legislaturas. Pode ser que os eminentes srs. Deputados da Oposição não acolham o meu pedido, mas estou no direito como integrante desta Casa, de fazer este Requerimento e se V. Exa. pesquisar as notas taquigráficas por ocasião do meu pronunciamento da Tribuna, onde fiz este Requerimento, eu não pedi as Comissões Parlamentares de Inquérito criadas apenas nesta Legislatura. Pedi a todas. Vem daí, a minha argumentação com base no Regimento Interno.

Data vênha, o entendimento de V. Exa. a resposta de V. Exa. não atende ao Requerimento por mim formulado em sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre líder, quanto ao Requerimento formulado solicitando certidão das Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas nesta Casa possivelmente desde o início de sua existência, está deferido, não alterando a nossa decisão com referência à primeira questão de ordem.

O SR. ERONDY SILVEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente, V. Exa. a partir deste instante, cresceu na minha admiração. Porque é realmente um Presidente que preside um colegiado que observa apenas a letra fria das leis da Constituição do nosso Regimento Interno. V. Exa. não se deixou levar por interesses outros que não aquele de dar cumprimento exato à lei. V. Exa. hoje, deu um grande exemplo a esta Assembleia Legislativa. Embora as pressões que se faziam sobre a Mesa para que se aceitasse questões de ordem esdrúxulas como as que foram levantadas.

Quanto ao líder do Governo, olhou em nossa direção disse, não importa o que pensam os Deputados da oposição. Ao contrário, eu quero dizer a V. Exa. que pertence à ARENA, Partido da Revolução e por ser um Partido da Revolução, não pactua com malandragem, não pactua com atos lesivos aos interesses públicos. Quem paga o meu ordenado é o povo que esta aí. Estou aqui para defender os interesses do povo e não os interesses particulares de quem quer que seja. Se o Governador erra eu sou Oposição na defesa sagrada do povo paranaense. Chega, sr. Presidente, de ser governado pelo Chefe da Casa Civil, chega, de receber um Líder imposto numa hora em que o Governo estava em coma. Líder tem que ser aquele que representa pelo menos a média de aceitação de uma Casa Legislativa. E o líder aí está, foi imposto a esta Casa, porque não o aceitamos. Vamos recebendo de S. Exa. toda a forma de desconsideração e hoje, S. Exa. magoado, porque 14 srs. Deputados que têm independência assinaram um simples Requerimento pedindo a criação de uma Comissão Parlamentar para verificar se houve ou não má fé numa concorrência pública. Só por isso S. Exa. veio e investiu faltando com a ética que nunca faltou nesta Casa entre os Senhores Deputados. Hoje faltou a ética nesta Casa, o nobre Líder, que para mim não é líder de fancaria e a mim não lidera.

Portanto, V. Exa. cresceu em meu respeito e na minha admiração porque S. Exa. soube, acima de tudo, observar o que diz a lei observar a vontade da maioria que quer ver verificada a legalidade a moralidade ou não de uma transação comercial de vulto, feita com o dinheiro do povo, arrancado do bolso do contribuinte.

Sou Oposição quando os direitos do povo estão sendo violentados por um Governo, que só por um respeito humano deixo de proferir o meu pensamento sobre o atual Governador do Estado. Apenas por respeito humano. Chega de ser governado por três ou quatro Secretários que fazem jogadas e jogadas pessoais. A Mesa foi dividida, e sabemos de que forma. O Presidente da ARENA pediu uma posição na Mesa. Outro Secretário pediu outra posição na Mesa. E a consulta, quem votava? A quem cabia escolher? Chega. Se isto é ser Oposição, eu sou Oposição. Se implicar numa sanção dentro de meu Partido, que culmine com uma expulsão podem aplicar. Saírei desta Casa de cabeça erguida por que não me deixo dobrar por interesses outros senão interesses do povo que são sagrados e legítimos para mim. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Pela ordem) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cândido M. de Oliveira.

O SR. CANDIDO M. DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, data vênha a decisão de V. Exa. e que recebo com a maior tranquilidade vindo de um homem com dignidade e com honradez, como recebo as ofensas classificando-as de acordo com as pessoas que as promovem contra a minha pessoa, não dando a elas a resposta porque seta Casa me merece, como de resto a maioria dos Deputados todo o respeito e toda a consideração, mantenho a tranquilidade que os homens que defendem as boas causas precisam manter diante daqueles que, fugindo pelos vãos dos dedos os seus argumentos, alteram a voz e de dedo em riste investem contra seus adversários em debates jurídicos numa Casa de Leis, data vênha, repito, solicito a V. Exa. que leve em consideração a segunda questão de ordem que levantamos com relação às assinaturas no primeiro Requerimento informando à Casa, aos bem intencionados, que com grande orgulho me mantenho na liderança de um Governo de um homem sério, honesto, como testemunhou a Justiça recentemente em data de ontem quando validou a decisão de uma Câmara Cível do Tribunal de Justiça a uma concorrência pública realizada pela TELEPAR. Esta também tantas vezes atacada, tantas vezes vilependiada. Quantas suspeitas levantadas sobre a TELEPAR.

Agora tenta-se nesta Casa fazer a mesma coisa através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, sem dúvida nenhuma, haverá, se for constituída e apurando as contas, mostrar a absoluta isenção do Sr. Diretor do Detran bem como dos membros daquela Casa. Mas que, por outro lado, atirará sobre os ombros de homens de bem a pecha de terem durante uma Comissão Parlamentar de Inquérito é como uma espada sobre sua cabeça, atrapalhando seu serviço administrativo, e o que é mais grave, manchando a folha de serviço de um homem de responsabilidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela Ordem) Sr. Presidente apenas para discordar do que o nobre líder do Governo interpretou como sendo uma pecha permanente sobre os homens que estejam sendo fiscalizados, através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Pela contrário, entendo que se a Comissão Parlamentar de Inquérito entender que a situação promovida pelo DETRAN tenha sido realizada ao abrigo da lei e da legitimidade, eles só serão engrandecidos no resultado e julgamento final da Comissão de Inquérito.

E quero lembrar o nobre Líder que a Constituição Americana mantém

uma Comissão Permanente de Inquérito, para apurar possíveis ou eventuais irregularidades praticadas pelo Chefe do Executivo, pelos assessores, pelos Ministros e Secretários, e nem por isso pesa sobre eles a pecha de homens suspeitos.

Era essa a observação que desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE — Srs. Deputados justifico plenamente o calor dos debates. Já se disse que os debates legislativos constituem, evidentemente, uma demonstração de inteligência e de capacidade. E nossa função, na Presidência da Casa não pode ser manchada com a pecha da solenidade.

Quero agradecer ao nobre Deputado Erondy Silvério os elogios com que me honrou, mas são extemporâneos, porque estou ocupando a Presidência na ausência do Presidente.

Com referência às pressões, devo dizer que não as recebi em momento algum, nem admitiria receber pressões de quem quer que seja.

Com referência à segunda Questão de Ordem suscitada pelo nobre Líder do Governo, referentemente à inexistência de um terço de assinaturas na Emenda aditiva ao Requerimento que propõe a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, eu decido de acordo com o artigo 19 da Constituição do Estado que diz: "A requerimento de um terço de seus membros, a Assembleia criará Comissões de Inquérito sobre fato determinado e por prazo certo observando, em sua composição, o disposto no artigo 16 § único, item I".

Quer dizer "a requerimento de um terço" essa exigência indispensável, a Assembleia criará Comissão Parlamentar de Inquérito. Não diz que haja necessidade, para que seja criada essa Comissão, que no Requerimento se indique o prazo certo.

Dessa forma considero quase que desnecessária a Emenda aditiva em face dos termos da Constituição. E considero criada a Comissão Parlamentar de Inquérito. — (Sem revisão do orador).

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA. — (Pela Ordem) Sr. Presidente, data vênha do ilustre entendimento de V. Exa. nos termos que nos faculto o Regimento Interno, recorreremos para o Plenário da decisão das questões de ordem decididas por V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE — Em resposta à questão de ordem formulada pelo líder do Governo cumpre-me esclarecer que o art. 97 em seu parágrafo 1.º diz o seguinte:

(Lendo): "Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituirão questões de ordem.

§ 1.º — Todas as questões de ordem claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembleia".

Desta forma esta Presidência declara criada a Comissão de Inquérito na forma requerida pelos signatários da mesma.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente parece que V. Exa. com a autoridade de Presidente da Casa que tem, considera o caso encerrado.

Entretanto, com respeito às questões de ordem levantadas por este Deputado e decididas por V. Exa. creio, não é definitiva porque acima da autoridade da Presidência está o Plenário desta Casa.

Respeitaremos o entendimento de V. Exa., nos curvaremos à decisão de V. Exa. se for o caso de V. Exa. entender não submeter à soberania do Plenário a decisão da Questão de Ordem. Esta será nossa última questão de ordem nesta sessão. Entretanto, Sr. Presidente, apelo a V. Exa. para que a sua autoridade que é digna e que é honrada submeta-se à autoridade soberana do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre Deputado que me submeto à soberania da Casa. O Regimento Interno nada mais nada menos é a vontade expressa da maioria da Casa. A ele me submeto.

Declaro, na forma requerida constituída a Comissão Parlamentar, convidando os srs. líderes da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro para que apresentem os nomes para a constituição da mesma. Com relação ao número de integrantes declaro que serão de cinco participantes, 4 da Arena e 1 do MDB e o prazo fixo será o de 45 dias da instalação.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, espero que novamente, as minhas palavras não venham a ser mal interpretadas. Mas, por precaução e para possível recurso às esferas competentes requeiro a V. Exa. uma certidão das decisões desta Presidência com relação às questões de ordem por nós levantadas neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Defiro a solicitação do nobre líder do Governo, determinando que sejam expedidas as certidões solicitadas.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, de igual maneira eu requeriria que também fosse expedida certidão dos argumentos expedidos por mim, pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE — Da mesma forma defiro o Requerimento, que seja expedida certidão do nobre Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 15 sexta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei nrs. 96-72, 155-72, 6-73, 17-73, 22-73, 32-73, 56-73 e dos Projetos de Resolução n.ºs 12-73, 26-73, 27-73 e 36-73.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA:

PORTARIA N. 152-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os n.ºs 4.396-73 de 17 de maio de 1.973 e 4.703-73, de 23 de maio de 1.973, deste Poder,

RESOLVE:

I — instaurar na conformidade do disposto pelos Artigos 314 e 315, da Lei no 6.174, de 16 de novembro de 1970, Processo Administrativo, para apurar responsabilidades do funcionário da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ALMIR MONTEIRO, face as acusações e irregularidades que lhe são imputadas na documentação anexa aos protocolos sob os n.ºs 4.396-73 de

17 de maio de 1973 e 4.703-73 de 23 de maio de 1.973, deste Poder, e oriundos do Banco do Estado do Paraná S.A. e da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública respectivamente; e,

II — designar os funcionários MANOEL FERNANDES MAIA JUNIOR, DURVAL DAROS e PEDRO ALVARES DOS SANTOS, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Inquérito instituída no item anterior.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de maio de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Constituição e Justiça
7.ª Legislatura — 3.ª Sessão Legislativa

TERMO DA ATA

Aos seis dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, após o término da Sessão Plenária na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões desta Assembleia, compareceram os Senhores Deputados Ailton Franco Ferreira da Costa, Ovidio Franzoni e Ivo Tomazoni, com o fim de realizarem a Oitava Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. Não havendo número legal, o Senhor Presidente, Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho solicitou fosse lavrado o presente termo de Ata nada ficando decidido. Nada mais havendo para constar lavrei o presente termo, que após lido e aprovado por todos os Membros da Comissão, será assinado pelo Senhor Presidente, Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho.

Presidente

Rita Celestino Soares

Secretária

Comissão Parlamentar de Inquérito
ATA DA 11.ª REUNIÃO

Aos seis dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões desta Assembleia, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar Possíveis Irregularidades na Junta Comercial do Paraná, com a presença dos Senhores Deputados João Calil Fadel, Antonio Lopes Júnior e Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente, Deputado João Calil Fadel, abriu os trabalhos sendo aprovada a Ata da reunião anterior. A presente reunião tem por finalidade ouvir os esclarecimentos do Senhor Doutor João Chalhoub Biscaia, Presidente da Associação Comercial do Paraná. O Senhor Doutor João Chalhoub Biscaia, após prestar esclarecimentos ocorreu-se à disposição dos membros desta Comissão, a fim de ser interrogado sobre qualquer dúvida que exista. Os esclarecimentos são assentados através de notas taquigráficas e anexado ao processo devidamente assinado, bem como diversos documentos apresentados pelo declarante, com a finalidade de ilustrar e comprovar suas declarações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos. Para produzir os efeitos legais e constar do processo lavrei a presente Ata, que após aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado João Calil Fadel, pelos Senhores Deputados Membros desta Comissão e por mim Rita Celestino Soares, Secretária da Comissão.

aa) Deputado João Calil Fadel

Presidente

Deputado Antonio Lopes Júnior

Deputado Gilberto Carvalho

Deputado Sebastião Rodrigues Júnior

Deputado Marciano Baraniuk

Rita Celestino Soares

Comissão de Constituição e Justiça
7.ª Legislatura — 2.ª Sessão Legislativa
Ata da 7.ª Reunião Ordinária

Aos trinta dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões desta Assembleia, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho e presentes os Senhores Deputados Erondy Silvério, Antonio Lopes Júnior, Quilse Crisóstomo da Silva, Ivo Thomazoni Ovidio Franzoni, Wilson Fortes e Igo Iwant Lossó. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 25-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 15-73, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização para alienar bens imóveis, equipamentos e instalações constantes da Usina Hidrelétrica de Marechal Mallet. Relator Deputado Antonio Lopes Júnior. Parecer: favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N. 58-73 de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 36-73, encaminhando anteprojeto de lei visando dar destinação ao patrimônio da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Relator Deputado Erondy Silvério. Requer seja convertido em diligência junto à Comissão destinada a proceder o levantamento do patrimônio líquido da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração. Deferido. 3) — PROJETO DE LEI N. 63-73, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Outorga título de cidadã benemerita do Paraná à Professora Eny Caldeira. Relator Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 64-73, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Jataizinho, com sede na cidade do mesmo nome. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 65-73, de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00, à menor órfã Mônica Angélica Silveira. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 66-73, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de pavimentação e retificação, o trecho de estrada que liga Piraquara a estrada Curitiba-Paranaguá. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N. 68-73, de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella. Autoriza o Poder Executivo construir uma estrada com pavimentação asfáltica, que dê acesso à sede do Município de União da Vitória pela BR-153, como especifica. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer: favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N. 70-73, de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira e outros. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Walter Perachi Barcellos. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 9) PROJETO DE LEI N. 71-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 41-73, encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo anuir na hipoteca do imóvel de propriedade do Instituto de Engenharia do Paraná, situado à rua Emiliano Pernet e doado

pelo Estado, a fim de permitir obtenção de recursos financeiros aquele Instituto. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N.º 73-73, de autoria do Senhor Deputado: Odilon Reinhardt. Denomina Ginásio Estadual Marilys Faria Pirotelli, o atual Ginásio Estadual da cidade de Cascavel. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 74-73, de autoria do Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior. Transfere para a jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Irati, os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins. Relator Deputado: Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 75-73 de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares. Atribui a Comissão Técnica competente da Assembléia Legislativa, incumbir o Tribunal de Contas realizar vistorias ou auditorias ordinárias em quaisquer órgãos ou entidades administrativas, assim como nas autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista com finalidades que especifica. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 76-73, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati. Autoriza o Poder Executivo reparar todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual, através do DER, dotando-os de Sistema de Comunicação, Assistência Médica, Ambulância, e dá outras providências. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N.º 78-73, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Dá nova redação e acresce de parágrafo que especifica, ao artigo 3.º, da Lei: n.º 5.926 de 22.4.69. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N.º 79-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 45-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar novos vencimentos mensais dos cargos em Comissão, de Dirigentes de Autarquias e Departamentos Autônomos. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer: favorável. Aprovado. 16) — PROJETO DE LEI N.º 80-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 46-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar em Cr\$ 5.500,00 mensais, os vencimentos dos cargos em Comissão de Secretários de Estado Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer: favorável. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N.º 83-73, de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira. Declara de utilidade pública a Associação do Bem Estar do Tuberculoso, com sede na cidade de Londrina. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer: favorável. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N.º 84-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 47-73, encaminhando anteprojeto de lei que dá nova redação a diversos artigos do Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer: favorável e solicita anexação ao Projeto de Lei n.º 59-73, por se tratar do mesmo assunto. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N.º 141-72, de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Cria no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo do Bugre, com sede e divisas que especifica. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer: favorável. Aprovado. 20) — PROJETO DE LEI N.º 162-72, de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual em Boa Esperança do Iguacu, Distrito do Município de Dois Vizinhos, e dá outras providências. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer: favorável. Aprovado. 21) — PROJETO DE LEI N.º 179-72, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola na cidade de Cascavel, e dá outras providências. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer: favorável. Aprovado. 22) — PROJETO DE LEI N.º 182-72, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel, e dá outras providências. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer: favorável. Aprovado. 23) — PROJETO DE LEI N.º 193-72, de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet. Autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Administração de Empresas, na sede do Município de Rio Negro. Relator Deputado Wilson Fortes. Requer seja convertido em diligência junto ao Conselho Estadual de Educação. Deferido. 24) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 29-73, de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruet. Institui o Ciclo de Estudos sobre Problemas Brasileiros com a finalidade que especifica. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer: favorável. Aprovado. 25) — PROPOSIÇÃO N.º 105-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 30-73, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado, através de Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Guaratuba, objetivando fornecer equipamentos à Delegacia de Polícia local. Relator Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Parecer favorável com o Projeto de Resolução. Aprovado. 26) — PROPOSIÇÃO N.º 116-73, de autoria da Câmara Municipal de Osasco, Estado de São Paulo. Expediente encaminhando cópia do requerimento n.º 168-73, que dispõe sobre alterações na Lei Federal que regula atividades das Sociedades Anônimas na parte referente às Empresas de Economia Mista. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer pelo Arquivamento. Aprovado. 27) — PROPOSIÇÃO N.º 211-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 71-72,

encaminhando cópia do convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Ministério da Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública, objetivando cooperação técnica e capacitação de Recursos Humanos. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável, com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às Proposições n.º 129-73, 136-73, 137-73 e 138-73, concluindo que os Vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

ATA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA 3.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura

Aos treze dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Aryzone M. de Araujo, Domicio Scaramella, Ovidio Franzoni, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. Havendo numero legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado os seguintes Projetos de Resolução: PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 22-73 Ex-Proposição n.º 205-72 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça oriundo de Mensagem do Poder Executivo n.º 62-72, — Aprova acordo n.º 07-72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL objetivando a realização do Diagnóstico Institucional dos Órgãos de Saúde do Estado. Relator: Deputado Domicio Scaramella. Parecer Favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 34-73 — Ex-Proposição n.º 101-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça oriundo de Mensagem do Poder Executivo n.º 26-73. Aprova Convenio celebrado entre o Governo do Paraná através da Secretaria de Saúde Pública e o Município da Lapa, para instalação de um aparelho abreu-gráfico na Unidade Sanitária deste Município. Relator: Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 35-73 — Ex-Proposição n.º 103-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça oriundo de Mensagem do Poder Executivo n.º 28-73. — Aprova Convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Município da Lapa, objetivando a realização de serviço médico integrado. Relator: Deputado Xenofonte Villanueva. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Elza Carneiro Camargo, secretária lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo senhor Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

(Ass. ilegível) — Presidente
Elza Carneiro Camargo — Secretária

DIVISÃO DE COMISSÕES

Comissões Parlamentares de Inquérito da 7.ª Legislatura

1) — Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar a veracidade das denúncias trazidas a público pelo Governador do Estado, a respeito da administração anterior, na leitura da Mensagem nesta Casa, no início da presente Legislatura.

Requerida pelo Senhor Erondy Silvério — em 12.4.71. Constituída em ... 12.4.71 — Com treze membros. Não foi instalada pelo decurso do prazo estipulado de 120 dias.

2) — Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Transportes Coletivos e Carros de Praças, Municipais e Intermunicipais.

Requerida pelo Senhor Deputado João Mansur e outros — em 14.4.71. Constituída em 14.4.71 — Com cinco membros. Não foi instalada de acordo com o prazo estipulado de 120 dias.

3) — Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades na Junta Comercial do Paraná.

Requerida pelo Senhor Deputado João C. Fadel — em 26.3.73. Instalada em 5.4.73 e em funcionamento.

Divisão das Comissões, em 12 de junho de 1973.

(a) Antonio Annibeli — Chefe da Divisão.